

Bracher retoma na Europa os contatos com o Clube de Paris

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O governo começa a se preparar para nova rodada de negociações no âmbito do Clube de Paris, onde pretende acertar os termos para a consolidação da dívida tomada com o aval de instituições governamentais estrangeiras, envolvendo os contratos firmados a partir de 31 de março de 1983, com vencimentos a partir de 1º de janeiro de 1985.

As discussões não deverão ser formalmente abertas antes que o Brasil tenha fechado o acordo com o comitê assessor da dívida ex-

terna, em torno das dívidas contraídas junto aos bancos privados. O primeiro passo, no entanto, será dado na próxima segunda-feira, no encontro que o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, terá em Paris com o presidente do secretariado do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet. "Trata-se de uma negociação de governo a governo e, por isso, pode ser melhor", previu Bracher ontem, segundo relato do repórter Ivanir José Bortot.

Apesar das expectativas otimistas, o presidente do Banco Central terá pela frente a dura tarefa de con-

vencer o colegiado do Clube de Paris a aceitar um reescalonamento da dívida contraída com o aval de governos ou junto às agências oficiais dos países credores sem o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o comportamento da economia brasileira.

Tradicionalmente, os governos são mais exigentes do que os bancos privados quanto ao compromisso dos devedores de submissão a uma política de ajuste. Vencida esta etapa, os debates em torno dos pontos mais técnicos terão andamento para a definição dos termos do acordo geral. Eles servem de referência básica para os acordos bilaterais a serem depois fixados entre o Brasil e cada um dos países signatários.

Esta segunda fase é demorada — só em dezembro do ano passado, ao firmar o entendimento final com a Itália, o governo brasileiro conseguiu concluir todos os

acordos bilaterais que estavam atrelados ao acordo global firmado no Clube de Paris, em 23 de novembro de 1983 — mas, como observam os técnicos do Ministério da Fazenda, existe a favor o fato de a situação não ser nova para o País, que já acumulou alguma experiência no processo.

Como se sabe, em função das interrupções dos entendimentos com o FMI no ano passado, a dívida oficial — vencida em 1985 — aí incluídos juros e principal — está retida no Banco Central, em contas abertas em nome dos credores. No âmbito do Clube de Paris, o Brasil deixou de remeter ao exterior US\$ 1,2 bilhão referente às amortizações e cerca de US\$ 700 milhões de juros. Em torno destes valores, o Brasil tentará um reescalonamento que não fique em condições piores do que aquelas já acertadas com os bancos privados: sete anos de prazo para pagamento, com cinco anos de carência.